

IV Cimeira UE-Africa*

José Costa Pereira

Diplomata de carreira assumiu em 2011 a função de diretor da Divisão de Assuntos Pan-africanos do Serviço Europeu de Ação Externa, em Bruxelas. Entre outras responsabilidades, foi nomeado em 2008 diretor da Unidade África, no Secretariado do Conselho Europeu e responsável pela Task Force Africa Policy Unit ao serviço do Alto Representante para a PCSD em Bruxelas. Entre 2003-2008 desempenhou funções na Embaixada de Portugal em Washington, tendo sido responsável pela Secção Política.

Resumo

Em 2 e 3 de Abril teve lugar a Cimeira União Europeia-África tendo como principais pontos da agenda o investimento sobre as pessoas, a prosperidade e a paz e segurança. Este artigo analisa as fases preparatórias que precederam a Cimeira UE-África e examina os aspetos que geraram maior tensão durante o período de negociações que a antecedeu, tais como: os acordos de parceria económica e a posição do Tribunal Penal Internacional no que respeita à aplicação da justiça internacional e os regimes de direitos das minorias. Este contributo reflete ainda sobre os aspetos institucionais e sobre a complexa divisão de competências entre as várias instâncias europeias, no que respeita à organização daquele evento. Finalmente, examina os resultados da Cimeira, designadamente os alcançados sobre o domínio da paz e segurança, sobre a aplicação de regimes internacionais de direitos humanos, sobre as questões decorrentes das alterações climáticas e sobre o acordo afro-europeu no quadro da cooperação técnico-científica.

Abstract

The IV EU-Africa Summit

On the 2nd and 3rd of April it was held the EU-Africa Summit with a broad agenda under the theme investing in people, prosperity and peace. This article analyses the preparatory phases that preceded the Summit and the topics that were object of greater disagreement among participants, such as: economic partnerships, the application of international justice by the International Criminal Court and minority rights regimes. It reflects on the institutional aspects and on the complex division of competences among European institutions concerning the organization of this meeting. Finally it examines the result achieved in the context of peace and security arrangements; application of human rights regimes; contending matters regarding climate change and the afro-european agreement on technological-scientific cooperation.

* Comunicação elaborada em Abril de 2014 no âmbito da reunião do Grupo de Estudos sobre Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia que decorreu em Lisboa no Instituto da Defesa Nacional e que precedeu a Cimeira “União Europeia-África” de 3 e 4 de Abril de 2014. O autor não escreve segundo o Acordo Ortográfico de 1990. Este texto foi redigido a título pessoal, não vinculando o autor a qualquer posição institucional.

Introdução

As relações entre África e a União Europeia são em si mesmas uma quase imposição ou até um destino inexorável. Razões são várias. Sem pretender ser exaustivo, ficam aqui algumas: a geográfica, atendendo aos escassos quilómetros que medeiam entre os dois continentes; a histórica, se pensarmos como desde tempos imemoriais os nossos destinos estão irremediavelmente ligados, quer nos bons, quer nos maus momentos; a económica, visto os interesses de uns e outros se entrecruzarem permanentemente; ou ainda a populacional, se equacionarmos os vastos movimentos, regulares ou irregulares, que nos põem em contacto contínuo e que hoje são cada vez menos apenas uni-direccionais.

No entanto, não se pode e não se deve pensar que é uma relação automática e exclusiva que não implica desafios. Atentemos que outros há, como a China, que visitou partes de África ainda antes dos nossos navegadores lá aportarem, ou como a Índia que tem uma diáspora relevante no continente africano, ou ainda como os Países Árabes que partilham uma religião com um enorme número de africanos, todos podendo reivindicar os mesmos títulos de proximidade que nós nos outorgamos e considerar a sua relação com África como igualmente crucial. Significa tudo isto que não estamos sozinhos no continente africano e que a relação bilateral tem de ser trabalhada, obrigando a um esforço permanente de uma parte e de outra para que possa frutificar e corresponder às expectativas. Contudo, seria falso negar que temos certas vantagens competitivas. Enumeremos algumas, a título de exemplo: os países africanos, tal como os conhecemos e como eles quiseram organizar-se politicamente, são uma consequência directa do passado colonial que nos é comum, tendo as fronteiras herdadas da Conferência de Berlim sido plasmadas nos novos Estados saídos da descolonização. Se o anti-colonialismo foi e até pode continuar a ser uma doutrina mobilizadora, que por vezes serve de alibi para disfarçar insuficiências e incompetências, não é menos verdade que as afinidades linguísticas e culturais promoveram uma aproximação, uma habituação recíproca, uma familiaridade muitas vezes alicerçada em memórias comuns que, com as devidas cautelas, pois existem obviamente diversos cambiantes, não se devem menosprezar e que continuam a desempenhar um papel activo na relação entre os povos; a nossa co-operação para o desenvolvimento sobretudo o seu carácter sistemático e durável foi o mais poderoso impulsor do crescimento económico no continente africano (e continua a sê-lo em vários dos seus países); o nosso processo de integração é o modelo que, com os devidos ajustes, África também persegue; as linguagens francas que unem populações etnicamente diversas são ainda as herdadas da história conjunta, como tal facilitando contactos e negócios; a panóplia de instrumentos financeiros existentes na UE é aquela que melhor pode ajudar África a prosseguir na via do desenvolvimento sustentável; somos aqueles que mais depressa estamos dispostos a intervir em situações em que a paz e a estabilidade dos países africanos são ameaçadas, pois a proximidade geográfica

dita que um problema no presente em África tem uma enorme probabilidade de representar uma questão espinhosa para a Europa no devir.

Por precisamente existir a consciência nos dois lados do Mediterrâneo de que o que nos une é um laço poderoso e que teremos todo o interesse em investir num futuro colectivo, surgiu a ideia que seria útil enquadrar politicamente toda a gama de intercâmbios existentes, assumindo-se um posicionamento estratégico comum. A Estratégia Comum UE-África, acordada em Lisboa em 2007, correspondeu pois à vontade de dar um salto qualitativo na nossa relação, enquadrando e sistematizando a nossa partilha de valores e princípios e abrindo as portas à estruturação consequente de um plano de acções que na prática traduzissem o vigor e alcance desta nova aliança quase “matrimonial”.

O Contexto Actual

No período compreendido entre 2007 e a actualidade, África continuou a crescer com índices que provocam inveja noutras partes do mundo.

Alguns (ainda que não muitos) dos seus países atingiram patamares estatísticos que os colocam acima de certos membros da UE. Por seu lado, a Europa conheceu uma crise financeira e económica que abalou os seus alicerces e colocou em causa o seu modelo de desenvolvimento, e da qual vai gradualmente tão somente emergindo agora. Uma UE, de resto, que hoje também é diferente do passado, com os seus 28 membros, e na qual, contrariamente à sua configuração inicial, os países com uma actividade colonial em África passaram de uma maioria esmagadora a uma minoria ainda que substancial. Ambos os continentes lutando por oferecer um número suficiente de empregos às suas populações, sobretudo aos escalões etários mais jovens da sua população activa, pois por razões diferentes, demográficas e tecnológicas, o flagelo do desemprego, mesmo nos casos de sucesso económico a uma escala mais global, não tem desistido de constituir um risco importante para a estabilidade dos países e para a segurança dos seus cidadãos.

Portanto, uma África que cresce a bom ritmo, uma Europa a sair com dificuldade de um período de definhamento, assimetrias no crescimento, alargamento das desigualdades sociais, modelos sócio-económicos em crise, ou pelo menos a necessitarem de uma revisão, uma nova política de desenvolvimento europeia, maximizando a ajuda aos estados fragilizados e optando por uma priorização dos conteúdos (*Agenda for Change*) num quadro de globalização acelerada onde outros parceiros emergentes (da China à Rússia, do Brasil à Turquia) têm sido vistos ou declarados como rivais da Europa em África, uma aproximação da data limite do acordo de Cotonou que define as condições gerais do comércio com os países ACP, tudo isto tornava a cimeira de 2014 num momento-chave da relação entre África e a Europa e a necessidade de se verificar até que ponto o paradigma escolhido em 2007 necessitava ou não de ser revisto.

A Preparação da Cimeira

O lado europeu iniciou a preparação da Cimeira – a primeira realizada pelas instituições e serviços comunitários – com grande antecedência. Efectivamente, voltando um pouco atrás, já por ocasião da contagem decrescente para a Cimeira de 2010 em Tripoli se notara da parte dos Estados-membros da UE um nível de desconforto assinalável relativamente à geometria dos planos de acção, o que estava então em vigor e o que seria submetido ao conclave. Durante aquela Cimeira, igualmente do lado africano, ouviram-se vozes dissonantes perante o modelo de aplicação da Estratégia Conjunta. Nestas circunstâncias, não foi, pois, surpreendente que os Estados-membros solicitassem ao então recém-criado Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE), no início de 2011, que reflectisse sobre a matéria e, em colaboração com a Comissão Europeia, propusesse novas opções, novas linhas de rumo.

Embora fosse inegável que para a maioria dos parceiros europeus a Estratégia continuava a ser valorizada como um documento-quadro que não esgotara a sua vitalidade, a fórmula das oito parcerias temáticas e dos seus grupos de peritos informais estava, ao contrário, a demonstrar sinais inequívocos de não corresponder aos objectivos traçados. Havendo uma quase unanimidade quanto a esta interpretação, nem por isso foi fácil ou rápido consensualizar posições em redor das alternativas possíveis. Houve resistências, aqui e ali, sobretudo dos que estavam mais empenhados em apenas modificar cosmeticamente a arquitectura existente, mas após cerca de dois anos de análise de textos, reuniões e negociações, surgiu finalmente um escrito orientador que teve o condão de agregar os interesses de todos os envolvidos no processo e que serviu como base das posições da UE.

No entanto, era necessário que esse novo modelo reflectisse também um novo impulso na relação entre os dois continentes, que fôssemos, africanos e europeus, capazes de em conjunto definir prioridades e objectivos concretos. Importava igualmente conhecer em pormenor a posição africana, pois coincidindo os dois lados no diagnóstico de que era imperativo modificar o estado das coisas nem por isso era óbvio que partilhassem a mesma receita.

Foi, por conseguinte, gratificante perceber que os nossos parceiros concordaram que o tema da Cimeira se devia centrar nas questões de natureza económica e as ligadas à paz e segurança, as mesmas que a UE tinha alvitado como base de trabalho. Da subsequente discussão, nasceu a ideia de subordinar a Cimeira ao tema “Investir na Paz, na Prosperidade e nas Populações”, que rapidamente reuniu consenso entre todos os intervenientes.

A etapa seguinte seria passar à prática essa intenção. Aí notou-se que a parte africana tinha ideias que não eram exactamente sintonizáveis com os projectos europeus. Enquanto os últimos privilegiavam a substituição das oito parcerias por três grandes blocos temáticos (segurança e democracia, criação de emprego e questões

globais) com um programa de acção simplificado e realista e tendo no seu cerne “fora”, grupos e instâncias pré-existentes, os primeiros optavam por cinco grandes parcerias (que foram sendo modificadas ao longo do tempo mas eram essencialmente: paz e segurança, democracia e boa governação, dimensão humana, integração regional e crescimento económico) governados por grupos formais de peritos, dispondo de orçamento próprio e com planos de acção extensos. Havia, portanto, trabalho de monta para gerar os compromissos indispensáveis.

A Gestão de Riscos

Para quem está envolvido num evento desta dimensão, a preocupação fundamental é que ele seja um sucesso. Para tal é premente que previamente se identifiquem as zonas de atrito e se procurem as soluções que as possam evitar ou, pelo menos, minimizar. Elaborar uma matriz de risco tornou-se rapidamente uma tarefa essencial, tendo-se identificado os seguintes problemas aos quais era forçoso conceder atenção redobrada :

- (1) Acordos de parceria económica (APE). Em negociação há uma década, por imposição de regras da Organização Mundial do Comércio, eram controversos no passado e mais se tinham tornado com a decisão europeia de impor novas regras de acesso ao seu espaço económico a partir de Outubro de 2014. Ficara claro que um número significativo de vozes do lado africano pretendia uma negociação paralela a nível político àquela que consistia no processo gerido pela Direcção-Geral do Comércio da Comissão Europeia, por mandato recebido dos Estados-membros da UE, tendo como interlocutores as sub-regiões africanas.
- (2) Tribunal Penal Internacional. O caso Kenyatta, somado à anterior acusação contra o Presidente Bashir do Sudão, agitou a percepção africana de que estariam a ser o alvo preferencial do Tribunal. Entre a imunidade a conceder a chefes de Estado em exercício de funções e a luta contra a impunidade jogava-se nas chancelarias africanas a relação com a instituição de Haia.
- (3) Os direitos das minorias sexuais. Uma onda de legislação anti-homossexual em várias nações africanas, endurecendo punições, era motivo de preocupação para os europeus.
- (4) O próprio processo de convites para a Cimeira. Casos como Sudão, Egipto ou Zimbabwe necessitavam de ser tratados com particular sensibilidade (e o caso do Sahara Ocidental, que se pensava encerrado, regressaria à tona algo surpreendentemente) para evitar possíveis ameaças de boicote em nome da solidariedade entre líderes.

Para todas estas alíneas prepararam-se planos de contingência do lado europeu. Porém, a UE assumiu sempre posições claras ao longo das negociações que transmitiu aos seus interlocutores, a saber:

- (1) Os APE traziam benefícios indiscutíveis para África, não só eram compatíveis como poderiam inclusivamente facilitar o processo de integração africana, a UE estava disposta a apoiar as fases de transição, a data de Outubro não implicava o fim das negociações que deveriam continuar a decorrer nos canais próprios.
- (2) Não existia um contencioso entre a Europa e a África quanto ao TPI. Ambos os continentes eram de resto baluartes da instituição e da aplicação da justiça internacional. Se havia queixas do lado africano quanto às vicissitudes processuais, o local indicado para as apresentar era a reunião dos Estados-partes do TPI e não a Cimeira, que não tinha poderes decisoriais na matéria.
- (3) A UE mantinha inalterável a sua defesa intransigente dos direitos das minorias, incluindo o que respeitava às orientações sexuais.
- (4) Definira-se como critério para a não emissão de convites encontrar-se um país suspenso da União Africana e não ser o seu governo reconhecido pela União Europeia (o que implicava a exclusão da Guiné-Bissau, da República Centro-Africana e de Madagáscar, esta última mais tarde revogada devido à evolução do processo político na ilha). Não era possível também convidar dirigentes que estivessem sob mandato de prisão do TPI (Bashir) ou que fossem objecto de medidas restritivas de viagem (Mugabe), embora neste último caso se assumisse que elas pudessem ser excepcionalmente levantadas, como aliás veio a acontecer. Por fim, e aplicando a “fórmula do Cairo”, considerava-se Marrocos como participante e não o Sahara Ocidental que nenhum Estado-membro da UE reconhecia enquanto país (e a ONU também não).

Entre a criação da matriz e a realização da Cimeira, houve acontecimentos que se revelaram benéficos para reduzir o limiar do risco. Por um lado, o progresso na África Ocidental e, em certa medida, na África Austral, na negociação dos APE desmobilizaram em grande parte as exigências de negociações paralelas. Por outro, a reunião dos Estados-parte do TPI em Nova Iorque no final de 2013 permitiu parcialmente resolver algumas das reivindicações africanas (e a falta de consenso entre africanos quanto a uma maior ou menor colaboração com o Tribunal ajudou a fragilizar os mais radicais no seu seio). No que respeitava aos convites, decidiu-se estender um a Robert Mugabe, convidou-se o governo do Egipto a fazer-se representar e bem assim o vice-Presidente do Sudão. Quando Mugabe decidiu não fazer a viagem para Bruxelas por ter sido recusado o visto à sua mulher, que fora indicada como fazendo parte da delegação nacional mas cujas funções formais eram desconhecidas pelos países da UE, não justificando o procedimento excepcional de levantar a proibição de viajar, os seus pares nem por isso se resolveram a cancelar a respectiva participação. O Sudão, depois de confirmar a sua vinda, acabou por estar ausente e o Egipto esteve presente, sem tal ter provocado a menor emoção. Marrocos assumiu o seu lugar, enquanto o Sahara Ocidental, a exemplo das anteriores Cimeiras, não foi convidado.

A discussão sobre a questão das minorias sexuais foi objecto de negociação aturada aquando da redacção da declaração final. A linguagem que nela consta foi o resultado do compromisso possível - e que pode ser considerada aceitável - numa área onde os dois lados claramente divergiam e divergem nas suas respectivas posições.

Estruturas e Documentos

Como se adiantou supra, do lado Europeu começou cedo o trabalho de definir competências relativamente à organização da Cimeira. De acordo com o Tratado de Lisboa, competia ao Presidente do Conselho Europeu, acompanhado pela Presidente da Comissão Europeia, co-presidir ao conclave em conjunto com o seu colega africano que em 2014 seria a Mauritânia, enquanto Presidente rotativo da UA. A elaboração de documentos e a responsabilidade da negociação foi entregue ao SEAE em colaboração próxima com os serviços implicados da Comissão Europeia, com particular destaque para a Direcção-Geral do Desenvolvimento (DEVCO), que assumiu um papel coordenador entre os diversos departamentos da sua instituição. Ao Secretariado-Geral do Conselho foi entregue a responsabilidade de organizar a logística e o financiamento da Cimeira. Internamente a coordenação das várias entidades envolvidas foi entregue a um Comité *ad-hoc*, presidido pelo gabinete do Presidente do Conselho Europeu, assessorado por um Comité técnico e por um Comité de Comunicação. Será de sublinhar, porque nem sempre assim acontece, o alto grau de colaboração entre todas estas entidades, o que muito facilitou o processo preparatório.

No que respeita à negociação com os parceiros africanos, os Estados-membros concederam a sua confiança ao SEAE e à DEVCO para serem os interlocutores representando a parte europeia, quer no Comité Directivo quer no Comité de Redacção - o mesmo modelo que fora utilizado em Trípoli e que a parte africana concordou fosse de novo experimentado. Nas reuniões desses dois Comités discutiram-se quer o funcionamento da Cimeira, o seu programa e a sua agenda, quer os vários documentos que viriam a ser aprovados no seu decurso. Como anteriormente, e como corolário da negociação, uma reunião de altos-funcionários de todos os países participantes teria a última palavra antes do endosso ministerial dos documentos e consequente aprovação pelos líderes durante a Cimeira.

Houve algum atraso na aplicação prática desta grelha, devido a uma discussão interna entre africanos sobre quem se devia responsabilizar por presidir à negociação. No final, após longas discussões, acabou por ser a presidência mauritana a assumir esse papel, acolitada por representantes de um sub-comité do Conselho Político e de Segurança da UA encarregue das Cimeiras com terceiros.

No que toca aos documentos, a emissão de uma declaração política impunha-se enquanto prática corrente num evento desta natureza. Um documento programático era também uma consagração da Estratégia Comum mas do lado europeu, para vincar bem a diferença relativamente ao passado, havia grande relutância em de-

signá-lo novamente como plano de acção. Após ter vivido vários meses com o título provisório de “Way Forward” (Rumo a seguir) acabou por ser consagrado como o mais prosaico “Roteiro” (*Roadmap*), distinguindo-se dos seus antecessores quer quanto à forma quer quanto ao conteúdo.

Um terceiro documento foi apresentado pela UE - uma súmula (*bilan*) quantitativa da relação África-UE desde 2007, onde ficava patente o progresso alcançado desde que a Estratégia comum fora endossada. A parte africana contrapôs um documento qualitativo de análise aos resultados das várias parcerias temáticas com sugestões sobre o seu futuro. Do lado europeu, não se afigurou aceitável dar guarida a um extenso documento apresentado pouco dias antes da Cimeira, para cuja feitura não tinha sido ouvido e que não obedecia a critérios de imparcialidade e objectividade. Para o lado africano, aceitar a proposta europeia era uma oportunidade perdida de ir mais além na análise do passado, como seria seu desejo. Sintetizar os dois documentos num só, estava condenado ao malogro, dada a lógica totalmente diferente que presidira às respectivas elaborações, pelo que finalmente foi decidido de comum acordo abandonar a ideia de uma avaliação.

A ideia de apresentar em complemento da declaração política uma série de declarações temáticas foi objecto de análise e de concordância. O critério definido para as seleccionar era a existência de um valor acrescentado, um progresso tangível ou um objectivo concreto que pudesse ser entronizado no documento. Quatro temas se afiguravam capazes de preencher os requisitos e sobre eles houve várias negociações. Apenas um sobreviveria, dedicado à emigração, os outros que englobavam as alterações climáticas, a agenda pós-2015 e a agricultura não resistiram ao próprio processo, nalguns casos por falta de tempo útil para que um endosso político fosse conseguido, noutros pelo lado africano ainda não estar pronto para se comprometer politicamente com uma linha de rumo pré-determinada. Uma tentativa africana para propor uma declaração separada sobre comércio esbarrou com a oposição europeia não convencida nem quanto à qualidade do texto nem quanto à oportunidade de tratar à parte o tema.

Resultados da Cimeira

Em primeiro lugar, será de destacar a forte participação dos líderes. Dos 81 possíveis (excluído a República Centro-Africana e a Guiné-Bissau), 61 estiveram em Bruxelas (40 africanos e 21 europeus). Das 79 delegações nacionais que marcaram presença, apenas o Zimbabwe e o Sudão primaram pela ausência. Dos que não compareceram, alguns não o fazem normalmente (José Eduardo dos Santos, Bouteflika, o rei de Marrocos), outros tinham eleições à porta (Jacob Zuma, Ian Khama, Joyce Banda), outros ainda estavam doentes e tiveram de cancelar à última hora (Samaras, Ouattara). O Secretário-Geral das Nações Unidas também quis associar-se ao evento, tendo pronunciado o discurso de substância na

área da paz e segurança. Em resumo, uma clara manifestação de interesse dos dois lados em se sentarem à mesma mesa e discutirem o presente e o futuro.

Em segundo lugar, deverá ser feita menção ao clima harmonioso em que decorreram as sessões, completamente desprovidas de críspação. Tal não impediu que governantes de um lado e de outro sublinhassem as suas posições, mesmo sabendo de antemão que elas não colheriam um consenso entre todos. Todavia, essas posições foram apresentadas com grande serenidade e sem acinte, antes reflectindo a consciência de que haverá que trabalhar mais para se poder chegar a compromissos. Não se exclui a possibilidade dos encontros bilaterais à margem da Cimeira, e que são um complemento imprescindível a este tipo de reuniões, terem sido mais animados e os debates mais acesos.

Passando ao conteúdo, seria de salientar, a meu ver, os seguintes aspectos:

- (1) Um enorme consenso à volta das questões de paz e segurança e dos motivos que provocam a sua ausência, bem assim como dos instrumentos que devem ser convocados para responder às ameaças que pairam sobre as populações. África demonstrou a sua gratidão pelo apoio constante da UE, em complemento aos esforços africanos de apropriação das soluções para os problemas, esta última prometeu fazer mais e melhor no que toca à concessão de equipamentos e na prestação de formação aos agentes africanos.
- (2) Uma linguagem positiva no que concerne os Direitos Humanos. Se bem que uma referência aos direitos das minorias não tivesse podido ser acolhida, a menção a pessoas vulneráveis identifica já a existência de um problema específico e a necessidade de o ver resolvido.
- (3) Uma referência à Carta das Nações Unidas no que ela abrange de respeito pela integridade territorial dos Estados, o que no contexto das discussões onusianas à volta da crise ucraniana, e as posições então assumidas por países africanos, não deixa de ser assinalável.
- (4) A aprovação de um Plano de Acção para a Migração e a Mobilidade que representa um progresso notável na discussão de um tema até hoje inquinado por perspectivas diferentes. O combate comum ao tráfico de pessoas, com o decorrente cortejo de iniquidades que conduz a tragédias como a de Lampedusa, figura especialmente no texto adoptado.
- (5) Progressão na procura de um consenso quanto a uma posição comum na discussão global sobre alterações climáticas. Embora África ainda pareça hesitar como irá produzir o seu alinhamento, a porta está aberta para que o entendimento com a Europa continue a ser uma forte possibilidade.
- (6) A linguagem sobre as APE, se considerarmos o ponto de partida, como atrás se indica, é bem mais positiva do que se poderia esperar. Particularmente a aceitação da menção “WTO compliant” representa um sucesso claro para as posições europeias.

- (7) A assunção pelos líderes africanos que o sector privado é um componente essencial da vida económica, inigualável enquanto fonte de criação de emprego e de construção de infra-estruturas, sectores que não podem ser deixados em exclusivo ao Estado, sob pena de expectativas legítimas serem defraudadas. A assunção também que para que ele medre é necessário criar e manter os sistemas fiscais e legais que lhe permitam desempenhar o seu papel sem entraves. A responsabilidade corporativa, a gestão responsável dos recursos naturais terão de andar ao mesmo passo da luta contra a corrupção e a simplificação administrativa, realidades que embora já apregoadas no passado tardavam a ser assumidas pelos dirigentes africanos que parecem finalmente agora abraçar convictamente esse desiderato.
- (8) O acordo afro-europeu sobre técnicas de detecção por satélite assinado nas margens da Cimeira como excelente exemplo de cooperação técnico-científica com vastas virtualidades para os dois continentes, numa área onde a competição é intensa.
- (9) A nova arquitectura para a Estratégia Conjunta como definida no “roteiro”. Se podemos lamentar que a proposta europeia de ligar mais directamente a paz e a democracia não tenha colhido o compromisso sobre os cinco blocos prioritários (Paz e Segurança; Democracia, Boa Governança e Direitos Humanos; Dimensão Humana; Desenvolvimento e Crescimento Sustentável e Inclusivo e Integração Continental; Questões Globais e Emergentes) é ainda assim um manifesto progresso relativamente ao modelo anterior e assinala a necessidade - premente para a UE - de aproximar as nossas posições nos areópagos internacionais, traduzindo no concreto as declarações relativas aos valores e princípios partilhados. O desaparecimento dos, na sua maioria, ineficazes ou redundantes grupos de peritos é também um facto a merecer destaque, sobretudo se pensarmos, como acima se explica, que a posição africana era bem diferente nos primórdios do processo.

Conclusões

A Cimeira passou. Agora, urge pôr em prática os compromissos assumidos e experimentar a nova formulação, colocando-a ao serviço do que a Cimeira significou de transferência de uma relação alicerçada particularmente na ajuda ao desenvolvimento para uma relação ancorada maioritariamente no comércio e no investimento, vistos estes como os instrumentos primordiais que conseguirão inverter o ciclo de pobreza em África, sempre o maior flagelo e a maior ameaça à paz e à estabilidade no Continente.

Em 2020, o Acordo de Cotonou chegará ao seu fim. Ainda é cedo para dizer o que lhe sucederá, a reflexão está no início, não existem nem de uma parte nem de outra posições firmes, as consultas vão continuar ainda por um par de anos. Contudo, a

data está marcada e é uma referência para África e UE pensarem como querem construir a sua relação nos anos vindouros. Em 2017, os dirigentes máximos voltarão a encontrar-se, dez anos após a adopção da Estratégia Conjunta. Será o tempo de a rever e à luz do que se passará na relação com os ACP partir para uma redefinição política, jurídica ou as duas simultaneamente? É cedo para dar uma resposta cabal. Subsistem seguramente divergências na forma como a Europa e a África encaram o seu futuro e o seu particular futuro comum mas ambos os lados estão animados por uma vontade afirmada de não voltarem costas um ao outro, antes afinarem e incrementarem os seus projectos comuns. Sabemos que um entendimento é sempre a melhor forma de vizinhos prosperarem, temos as ferramentas adequadas às tarefas, existe vontade política, as condições para um futuro sucesso encontram-se reunidas, independentemente de ser um caminho longo e difícil a trilhar.

A narrativa acerca de África tem sido no passado recente muito negativa. Chegou o momento de se alterar essa perspectiva e, sem negar realidades que continuam a chocar-nos ou minimizar a extensão dos problemas existentes, aceitar que as expectativas de uma África próspera nunca foram tão fortes como o são hoje. Todos teremos a ganhar com isso, os africanos naturalmente em primeiro lugar mas outros também e especialmente os europeus, enquanto o principal e mais seguro e duradouro parceiro dos nossos vizinhos do Sul.